



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.
Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

RAÍZES DO PROLETARIADO NEGRO: O EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Gustavo Gonçalves Fagundes¹

Resumo: O capitalismo dependente e suas determinadas implicações na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Sua gênese é elemento essencial para a compulsória localização do negro no exército industrial de reserva e das condições de vida e trabalho e vinculação dessas premissas sociais e econômicas do período como edificadores da estrutura racista da sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Racismo estrutural; Capitalismo dependente; exército industrial de reserva; Superexploração; Opressão racial;

Abstract: Dependent capitalism and its particular implications in the transition from slave labor to wage labor. It brings its genesis as an essential element for the compulsory location of the black in the reserve industrial army and the conditions of life and work and linking these social and economic premises of the period as builders of the racist structure of Brazilian society.

Keywords: Structural racism; Dependent capitalism; industrial reserve army; Superexploration; Racial oppression.

Introdução

A reflexão presente no trabalho desenvolve a temática da estrutura racista da sociedade brasileira a partir da natureza de dependência do modo de produção capitalista no Brasil diante das economias centrais e da permanente manutenção do proletariado negro no exército industrial de reserva. Esse conjunto de elementos será analisado com maior intensidade no período correspondente à transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, momento crucial para delimitar a localização da população negra na posterior estrutura social e econômica do país.

Os acontecimentos presentes na gradual desagregação da escravidão acabam por gerar uma localização compulsória do futuro negro liberto no exército industrial de reserva da iminente sociedade de classes e trabalho assalariado. E contribui no embate teórico a respeito da indissolúvel relação entre classe social e raça na realidade brasileira. Uma compreensão da unidade das categorias ao apreender o real. Categorias com determinações semelhantes, legalidades próprias e ao mesmo tempo diversas em si.

Esse processo possui evidentes expressões da superexploração do proletariado negro, com relevância para a remuneração abaixo do valor da força de trabalho, para o

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ggf.fagundes@gmail.com.

esgotamento prematuro de sua vida útil a partir do consumo do seu fundo de vida pelo capital e para o elemento histórico moral no cotidiano das relações de trabalho dessa população naquele período e que se desdobra até os dias atuais.

O curso desigual e combinado do capitalismo dependente no Brasil

Para a devida compreensão da situação da opressão racial no Brasil, é necessário entender o funcionamento do sistema capitalista, a maneira como se desenvolve e o que é necessário para que possa se movimentar, além, é claro, da forma de dependência da estrutura desse modo de produção no Brasil. No âmbito do padrão de dependente do desenvolvimento econômico encontrado no Brasil, Florestan Fernandes (1975) aborda que a docilidade dos interesses da burguesia nacional não constitui mera estratégia para um jogo financeiro, mas um componente dinâmico da tradição colonial de subserviência, fundado na cegueira nacional, estimulada e controlada a partir de dominação externa.

O sistema básico de colonização e de dominação externas, experimentado por quase todas as nações latino-americanas durante pelo menos três séculos, foi construído de acordo com os requisitos econômicos, culturais e políticos do assim chamado “antigo sistema colonial”. (FERNANDES, 1975, p. 13)

Ao longo da obra “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina” (1975), é possível constatar que o desenrolar histórico apresenta-nos quatro tipos de dominação externa. Além do padrão colonial supracitado, há um segundo padrão de dominação que pode ser identificado como um neocolonialismo, no qual ocorre uma alteração no caráter político e jurídico da relação. São erguidos novos sistemas de controle, mas com total anuência dos produtores rurais e comerciantes urbanos. Florestan Fernandes destacou o que chamou de padrão compósito de hegemonia burguesa, algo derivado da própria formação da burguesia, pois, no caso brasileiro, a burguesia industrial teria se formado pela associação com a acumulação originada na propriedade rural agroexportadora. Em paralelo, do ponto de vista do capital internacional, cedo se notou a tendência à associação de capitais de uma burguesia típica do capitalismo dependente. Assim, a subordinação da burguesia dependente face ao capitalismo internacional e o entrelaçamento com a classe dominante rural foram a base para a formação não de uma burguesia fragilizada, mas para a construção de uma classe dominante senhora do aparato estatal necessário para seu projeto de classe:

Ao contrário do chavão corrente, as burguesias não são, sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido, meras “burguesias compradoras” (típicas de situações coloniais, em sentido específico). Elas detêm um forte poder, econômico, social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa. (FERNANDES, 1975, p. 296)

A partir da reorganização da economia mundial, principalmente após a consolidação das transformações decorrentes da Revolução Industrial nas nações europeias, mantém-se preservado o esquema exportação-importação, baseado na produção de matérias-primas, além da transferência do excedente econômico das economias satélites para os países hegemônicos, um fenômeno caracterizado como padrão dual de expropriação do excedente econômico. A revitalização desse processo culmina na abertura do quarto tipo de dominação externa, com o surgimento e expansão das empresas corporativas – muitas nas esferas comerciais, de serviços e financeiras, mas a maior parte na indústria leve e pesada – nos países da América Latina. “Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de marketing” (FERNANDES, 1975, p. 18). Essa tendência se implica no chamado imperialismo total:

Ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros do capital, o eixo vital da política nacional etc. Segundo, esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas. Como nos outros três períodos, a implementação de mudanças é feita por pessoal estrangeiro, transplantação maciça de tecnologia e de instituições, suprimento externo de capital e controle financeiro. Terceiro, ela prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços de sua burguesia (isto é, lato sensu, os setores dominantes das classes alta e média), o subdesenvolvimento e suas consequências. (FERNANDES, 1975, p. 18-19)

Como afirma MARINI (2017; p. 47), “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento capitalista mundial”, o que se traduz na ideia de que a região se desenvolveu em consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Junto a isso, Theotonio dos Santos afirma que as mudanças na divisão internacional do trabalho, na fase do capitalismo monopolista, conduzem os países dependentes:

a) ao predomínio da grande empresa; b) à concentração econômica, sob o domínio da grande indústria, sobretudo, internacional; c) ao domínio monopolista do mercado; d) ao surgimento de uma camada gerencial que representa os interesses do grande capital; e) à organização sindical e política dos interesses do grande capital; f) ao controle da vida política e do Estado, mediante a adaptação a seus interesses. (SANTOS, 1971, p.201)

Como em todos os países da periferia do sistema internacional de Estados, a estrutura de classes foi desenvolvida em uma articulação que combinava dinâmicas sociais não capitalistas e a modernização da sociedade de classes. Devido à sua localização subalterna na divisão internacional do trabalho, as economias latinas sempre foram a outra face do moderno capitalismo avançado dos países centrais.

É a partir da análise do meandro de uma economia dependente e com alto padrão de subordinação que foi elaborada a categoria superexploração, principalmente com o objetivo de dar conta de fundamentar a dependência como modalidade *sui generis* do

capitalismo. Constitui-se no âmbito da Teoria Marxista da Dependência e consiste em uma lei de tendência própria no capitalismo dependente.

A força de trabalho, na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, está também, submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor. (Luce, 2008, p. 155)

A partir do exposto sobre as condições de trabalho da população negra no pós-abolição e conseqüente adequação às normas das relações de produção de uma sociedade plenamente capitalista, configura-se uma distorcida exploração da força trabalho. Tal formatação apresenta os pressupostos fundamentais da clássica exploração pelo capital. Entretanto, a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro em diálogo com a divisão racial do trabalho traz à luz um fator de aperfeiçoamento em favor do capital.

Raízes do proletariado negro e o exército industrial de reserva

Em “A Integração do Negro na Sociedade de Classes” (vol I), Florestan Fernandes faz uma exata abordagem sobre a situação da população negra no imediato momento pós-abolição e conseqüente emergência de uma sociedade já plenamente capitalista.

Onde a produção se encontrava em níveis baixos, os quadros da ordem tradicionalista se mantinham intocáveis: como os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a degradação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semiocupados da economia de subsistência do lugar ou outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de se criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”. [...] Em conseqüência, ao contrário do que se poderia supor, em vez de favorecer, as alternativas da nova situação econômica brasileira solapavam, comprometiam ou arruinavam, inexoravelmente, a posição do negro nas relações de produção e como agente de trabalho. (2008. p. 31-32)

O que Florestan Fernandes expõe é a consolidação da estrutura social e econômica capaz de impor à população negra uma localização inferior na sociedade de classes em relação aos brancos. Ou seja, ainda que posterior à abolição do trabalho compulsório e à inserção no chamado mercado de trabalho competitivo, o trabalhador negro não teria reais possibilidades de alcançar os melhores postos de trabalho. Um fator que traria implicações econômico-sociais, mas também no âmbito moral daqueles indivíduos. Inclusive é com uma nota explicativa sobre o tema que a obra supracitada se inicia, na qual o autor afirma que os resultados da investigação ali transcritos são úteis não só na compreensão do dilema material que envolve o povo negro, como também a questão moral das relações raciais no Brasil a partir da perspectiva do sujeito oprimido.

Como uma classe despossuída de qualquer bem material, inclusive do direito sobre seu próprio corpo e força de trabalho, o negro escravizado atravessou a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado sem uma ruptura econômica com a sua antiga condição. Se no período anterior existia uma combinação da negação jurídico-político amparada em uma rígida legislação com sua condição de vida e trabalho que negava a emancipação da sua condição econômica e social, no pós-abolição havia somente uma mudança administrativa na sua condição jurídico-político para o Estado brasileiro, o que não representava garantias de efetiva melhoria nas condições de vida e trabalho, além de um equivalente ao elemento branco no mercado de trabalho assalariado. Florestan Fernandes aponta que a desagregação do regime escravista e senhorial se desenvolveu “sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre” (FERNANDES, 2008, p. 29) e segue afirmando que a transformação jurídico-político do regime de trabalho – abolição do trabalho escravo – se deu sem que tivesse “por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho” (Ibidem).

Marcio Farias (2016) coloca a renovação dos traços do regime anterior como contradição derivada da crise da escravidão. Ao mesmo passo que se iniciava o fim do abastecimento de escravos e sistemática inserção do trabalho assalariado pelo braço do indivíduo imigrante, eram forjadas as bases para sustentação do sujeito negro como inferior socialmente e incapaz de exercer funções como trabalhador na sociedade plenamente competitiva.

Como forma de compreender as transformações nas relações sociais e econômicas a partir dos mecanismos jurídicos, políticos e ideológicos do período correspondente de transição do regime de trabalho, torna-se necessário fundamentar os meandros do exército industrial de reserva. Tal reflexão constitui relevância superior ao se constatar o exército industrial de reserva como categoria anteriormente indispensável para efetiva realização da superexploração. Ainda mais com um fator particular e revigorado por Mathias Luce (2018, p. 135), no qual aborda que “a categoria da superexploração é, sem dúvida, o traço mais lembrado do capitalismo dependente”. Além disso, importante pontuar a constante atualização contida no âmbito da Teoria Marxista da Dependência.

Naturalmente, como em toda ciência, a TMD é uma teoria em permanente construção. E novas descobertas no processo de conhecimento devem ir preenchendo espaços antes lacunares quando a fronteira do conhecimento era outra, conferindo precisão a formulações enunciadas antes que ela alcançasse novos avanços. (LUCE, 2008, p. 153)

Nesse sentido, o processo de atualização da TMD é consubstancial com as formas de análise da formação social brasileira e a centralidade do período transitório – trabalho

escravo para o assalariado – na constituição da estrutura das relações sociais e econômicas que conhecemos na contemporaneidade.

As determinações das condições de vida a que estavam submetidos negros e negras no período compreendem a passagem da escravidão para os primeiros anos após a abolição e indicam a existência de um estatuto negativo do valor da força de trabalho, inserido no âmbito da lei do valor (LUCE, 2008). Dessa forma e com o propósito do exército industrial de reserva embutido nesse conjunto de determinações, se configuram as reais condições de vida e trabalho do negro.

Sendo a população excedente constitutiva hegemonicamente pelo contingente populacional negro, é essa população produto necessário para a acumulação de capitais e também sua alavanca de reprodução, tornando-se assim condição fundamental para a constituição da forma capitalista. Ao tratar da Lei Geral da Acumulação Capitalista (capítulo XXIII d'O Capital), Marx caracteriza a questão:

(...) se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (1979, p. 733-734)

No ensejo da reflexão do pensador alemão, Carcanholo & Amaral (2008) concluem que o exército industrial de reserva é, então, essencial para o funcionamento regular da produção e reprodução capitalista, sendo apenas com essa extenuante combinação que o capitalista obtém as efetivas possibilidades para explorar de maneira crescente os trabalhadores assalariados, seja através da extensão da jornada de trabalho, seja nos termos da intensificação do trabalho em uma mesma jornada.

Com esse entendimento, é possível compreender como a existência de um exército industrial de reserva permite ao modo de produção capitalista alterar as condições de trabalho para o conjunto da população. Isso ocorre à medida que a parcela entregue ao desalento exerce pressão naqueles que estão inseridos na lógica formal do mercado de trabalho. Nota-se que a parcela da população protagonista entre os desalentados, desempregados e responsáveis por ocupar os postos de trabalho com as piores condições de trabalho era e ainda é a parcela negra da população brasileira.

A necessidade de ampliação do exército industrial de reserva se baseia nas possibilidades que o capital alcança a partir da sua consolidação como ferramenta constante da sociabilidade brasileira. Ao localizar um setor da população na situação de miséria, o capital cria as condições necessárias para ampliação da sua taxa de lucro a partir da maior exploração daquela população que se mantém inserida no mercado de trabalho.

Esse efetivo aumento da taxa de lucro com base na crescente exploração é observado com a utilização de alguns mecanismos: a) extensão da jornada de trabalho; b) intensificação do trabalho na mesma jornada. Ou seja, ainda que a população negra esteja entregue às piores formas de degradação da sua condição humana, o trabalhador branco também é atingido com a divisão racial do trabalho e a estrutura da sociedade imposta pelo modo de produção capitalista em um país com as características do Brasil.

O período transitório do trabalho escravo para o trabalho assalariado produz não só um conjunto de políticas que auxiliam na construção da estrutura racista da sociedade brasileira, mas é também desse momento histórico que se desenvolve de forma científica as teorias racistas no Brasil. O mundo intelectual no Brasil importa um série de concepções sobre a inferioridade biológica do ser humano negro e reproduz isso a partir das particularidades do nosso território.

Por aqui também se expressou a ideia de que o embranquecimento da população traria desenvolvimento ao país, visão de mundo essa que teve audiência nas obras de importantes cientistas sociais e pensadores de diversas áreas do conhecimento da época. Nina Rodrigues argumentava que a “constituição orgânica do negro, modelado pelo habitat físico e moral em que se desenvolveu, não comporta uma adaptação à civilização das raças superiores” (RODRIGUES, 2010, p. 289), enquanto Sívio Romero defende que através da seleção natural as características das chamadas raças inferiores desapareceriam (CARNEIRO, 1999).

A apreciação do determinado contexto histórico-político e a combinação de elementos ideológicos trazem a percepção de uma exitosa acomodação compulsória da parcela negra da população no exército industrial de reserva. Um contingente de trabalhadores entregues a desemprego, desalento e miserabilidade, sem possibilidade de almejar melhores condições de vida e trabalho.

Novamente, Florestan Fernandes expõe a concreta situação da população negra no período pós-abolição e em uma sociedade com relações plenamente capitalista. A abordagem do autor deixa implícita a condição imposta a esses sujeitos.

Enquanto o branco da camada dominante conseguia proteger e até melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político da cidade e enquanto o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio social e de poder [...] Nas esferas dos serviços essenciais para a expansão da economia urbana, da livre empresa e do capitalismo, prevalecia irrefreadamente a filosofia de *the right man in the right place*. O “estrangeiro” aparecia, aí, como a *grande esperança nacional* de progresso por saltos. Nos demais setores, imperavam conveniências e as possibilidades, escolhidas segundo um senso de barganha que convertia qualquer decisão em “ato puramente econômico”. Desse ângulo, onde o “imigrante” aparecesse, eliminava fatalmente o pretendente “negro” ou “mulato”, pois se entendia que ele era o agente natural do trabalho livre. (2008, p. 42)

No ensejo das ativações presentes no período e determinadas pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, a acomodação da parcela negra do proletariado brasileiro enquanto exército industrial de reserva abre precedente para uma forma *sui generis* de relação capital-trabalho. A dinâmica do capitalismo dependente, agudizado pelas características nacionais e pelas determinações inerentes ao período transitório, acaba por focalizar todo o proletariado brasileiro a um regime de superexploração. E com a percepção das características candentes da sociedade brasileira, principalmente no que tange à questão racial presente na formação da classe trabalhadora no país, permite a adoção de uma forma intensificada de superexploração sobre o proletariado negro.

Conclusão

Sob o jugo da aparência da liberdade do trabalho assalariado, os negros foram entregues à miséria e a todo o conjunto de degradação social. E é nesse ensejo que se espraia uma dissimulação de igualdade social, uma ideologia com intuito exclusivo de alienar o negro liberto das condições às quais ele estava submetido. Sofisticar os mecanismos dessa alienação era necessário para ampliar a acumulação capitalista e refinar os instrumentos de consolidação e aumento da superexploração no século XX.

Os elementos de dinamização do capitalismo dependente brasileiro encontraram na força de trabalho do trabalhador branco – nacional e estrangeiro – um agente quase monopolizador das funções ocupacionais, enquanto que ao trabalhador negro se abriam restritas possibilidades: lenta adesão aos setores subalternos do operariado urbano ou uma vida entregue à alta rotatividade laboral, atravessada pelo ócio compulsório e conseqüentemente criminalização pelas forças repressoras do Estado nacional. Uma estrutura edificada com auxílio permanente de um arcabouço ideológico com função exclusiva de elaborar de forma sofisticada um amplo leque de tendências da opressão racial no âmbito acadêmico e intelectual brasileiro. A combinação de diversos aspectos contrários à população negra se desdobrou não só na produção de uma divisão social do trabalho, mas também na imposição de uma divisão racial do trabalho.

Referências

CARCANHOLO, M.; AMARAL, M. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. **Revista de Economia**, v. 34, n. especial. Editora UFPR. 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil**: mito e realidade. Editora Ática. São Paulo. 1994.

FARIAS, Márcio. Pensamento social e relações raciais no Brasil: a análise marxista de Clóvis Moura. **Margem Esquerda** - revista da Boitempo n. 27. outubro de 2016.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais e as classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Integração do negro na sociedade de classes**. vol. I. São Paulo: Globo, 2008.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias - uma visão histórica. Expressão Popular. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, Karl. **O Capital** (Livro Primeiro, vol. II). Civilização Brasileira. 1979.

RODRIGUES, RN. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SANTOS, Theotonio dos. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In; PEREIRA, Luiz (org.). **Perspectivas do Capitalismo Moder**: leituras de sociologia do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.